

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO PELAS EMPRESAS
DO GRUPO AdP**

2022_I34CP

CADERNO DE ENCARGOS

Junho de 2023

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE
HIDRÓXIDO DE SÓDIO PELAS EMPRESAS DO GRUPO AdP
ÍNDICE**

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 4 |
| <i>Cláusula 1.ª Objeto.....</i> | <i>4</i> |
| <i>Cláusula 2.ª Contrato</i> | <i>4</i> |
| <i>Cláusula 3.ª Prazo Contratual</i> | <i>5</i> |
| CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES | 6 |
| SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE | 6 |
| <i>Cláusula 4.ª Obrigações do Cocontratante</i> | <i>6</i> |
| <i>Cláusula 5.ª Conformidade e operacionalidade dos bens</i> | <i>8</i> |
| <i>Cláusula 6.ª Requisito do produto.....</i> | <i>9</i> |
| <i>Cláusula 7.ª Requisitos das embalagens.....</i> | <i>9</i> |
| <i>Cláusula 8.ª Condições de entrega</i> | <i>11</i> |
| <i>Cláusula 9.ª Verificação</i> | <i>14</i> |
| <i>Cláusula 10.ª Garantia</i> | <i>15</i> |
| <i>Cláusula 11.ª Descontinuidade do produto</i> | <i>16</i> |
| <i>Cláusula 12.ª Boletim de análise</i> | <i>16</i> |
| <i>Cláusula 13.ª Sistema de gestão de qualidade</i> | <i>17</i> |
| <i>Cláusula 14.ª Dever de sigilo.....</i> | <i>17</i> |
| <i>Cláusula 15.ª Tratamento de dados pessoais.....</i> | <i>18</i> |
| <i>Cláusula 16.ª Conservação de dados pessoais.....</i> | <i>20</i> |
| <i>Cláusula 17.ª Transferência de dados pessoais</i> | <i>21</i> |
| <i>Cláusula 18.ª Dever de cooperação.....</i> | <i>21</i> |

SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS.....22

| | |
|---|-----------|
| <i>Cláusula 19.ª Obrigações da AdP SGPS</i> | <i>22</i> |
| <i>Cláusula 20.ª Obrigações das Contraentes Públicas.....</i> | <i>22</i> |
| <i>Cláusula 21.ª Preço base e preço contratual</i> | <i>23</i> |
| <i>Cláusula 22.ª Condições de pagamento.....</i> | <i>23</i> |
| <i>Cláusula 23.ª Faturação eletrónica</i> | <i>24</i> |
| <i>Cláusula 24.ª Revisão de preços.....</i> | <i>25</i> |

SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO25

| | |
|--|-----------|
| <i>Cláusula 25.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato</i> | <i>26</i> |
|--|-----------|

CAPÍTULO III INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO26

| | |
|--|-----------|
| <i>Cláusula 26.ª Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante.....</i> | <i>26</i> |
| <i>Cláusula 27.ª Sanções</i> | <i>27</i> |
| <i>Cláusula 28.ª Força maior.....</i> | <i>29</i> |
| <i>Cláusula 29.ª Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas</i> | <i>31</i> |
| <i>Cláusula 30.ª Resolução do contrato por parte do Cocontratante</i> | <i>32</i> |
| <i>Cláusula 31.ª Execução da caução.....</i> | <i>32</i> |

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS.....33

| | |
|---|-----------|
| <i>Cláusula 32.ª Deveres de informação.....</i> | <i>33</i> |
| <i>Cláusula 33.ª Comunicações</i> | <i>33</i> |
| <i>Cláusula 34.ª Foro competente</i> | <i>34</i> |
| <i>Cláusula 35.ª Direito aplicável e natureza do contrato</i> | <i>34</i> |
| <i>Cláusula 36.ª Contagem dos prazos.....</i> | <i>34</i> |

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| ANEXO I LOTES E ARTIGOS..... | 35 |
|-------------------------------------|-----------|

| | |
|---|-----------|
| ANEXO II COORDENAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA | 38 |
|---|-----------|

| | |
|--|-----------|
| ANEXO III LOCAIS DE ENTREGA | 43 |
|--|-----------|

| | |
|--|-----------|
| ANEXO IV PREÇOS-MÁXIMOS UNITÁRIOS | 46 |
|--|-----------|

| | |
|---|--|
| ANEXO V SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO FABRICO E FORNECIMENTO DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS | |
|---|--|

| | |
|------------------------|-----------|
| ASSOCIADOS..... | 49 |
|------------------------|-----------|

| | |
|--|-----------|
| ANEXO VI REVISÃO DE PREÇOS..... | 50 |
|--|-----------|

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de Hidróxido de Sódio para as entidades indicadas no **ANEXO I** ao Programa do Procedimento, representadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (doravante **AdP SGPS**).
2. As características, especificações e requisitos técnicos dos artigos a fornecer no contrato a celebrar constam no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, sendo parte integrante do caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior;
3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo Contratual

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além da data de cessação do Contrato, este é válido por 6 (seis) meses a contar da data da respetiva assinatura, sendo prorrogado automaticamente por igual período, até ao limite máximo de 12 (doze) meses, a não ser que uma das partes se oponha à prorrogação, por escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo do contrato.
2. Independentemente de não se ter completado o período referido no número anterior, o contrato cessa a sua vigência, em relação a cada Lote, quando os pagamentos ao **Cocontratante** perfaçam, pelo respetivo Lote, os seguintes montantes, sem IVA incluído:
 - **Lote 1** – €204.468,60 (*duzentos e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito e sessenta cêntimos*);
 - **Lote 2** – €526.697,00 (*quinhentos e vinte e seis mil, seiscentos e noventa e sete euros*).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:

- a) Entregar o produto adquirido em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina, nos locais definidos, nos termos e no prazo máximo estabelecido na Cláusula 8.^a do presente Caderno de Encargos;
- b) Fornecer o produto em conformidade com a proposta apresentada, com as normas legais aplicáveis ao exercício da atividade, com as características técnicas, ambientais e os níveis de serviço e requisitos definidos no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- c) Comunicar antecipadamente, à **Contraente Pública**, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do produto objeto do contrato, assim como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é fornecido o produto, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelas **Contraentes Públicas** ou pelo gestor de contrato designado;
- e) Não alterar as condições do fornecimento do produto fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- f) Garantir o produto fornecido, em conformidade com a legislação aplicável;
- g) Cumprir todas as disposições legais aplicáveis, designadamente de transporte e

- manuseamento do produto;
- h) Providenciar, a suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para a descarga do produto fornecido;
 - i) Suportar os encargos relativos à aquisição de bens identificados no artigo 445.º do Código dos Contratos Públicos;
 - j) Entregar os certificados e boletins de análise às **Contraentes Públicas**, nos termos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
 - k) Atualizar os Documentos de Identificação do Produto, as Fichas de Segurança do Produto e as regras escritas de transporte e de descarga do Produto, sempre que se justificar, e fornecer o mesmo às **Contraentes Públicas**, sempre que atualizado;
 - l) Possuir apólices de responsabilidade civil profissional nos termos exigidos pela lei;
 - m) Caso o **Cocontratante** não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, fazer cumprir ao produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, o envio de relatórios trimestrais sobre as quantidades entregues diretamente nas instalações das **Contraentes Públicas** e do **Cocontratante** da substância química ativa.
 - n) Utilizar uma ferramenta de e-mail (Outlook ou outra) para garantir a receção das encomendas formuladas pelas **Contraentes Públicas** e o seu tratamento em tempo útil, designadamente quanto ao cumprimento dos prazos de entrega definidos no presente Caderno de Encargos;
 - o) Ressarcir as **Contraentes Públicas** dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultem de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga, e que não sejam imputáveis às **Contraentes Públicas**;
 - p) Disponibilizar a informação de gestão, relevante, ao gestor do contrato designado

pelas **Contraentes Públicas**;

- q) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, não utilizando as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- r) Sujeitar-se a auditorias de qualidade, ambientais e de segurança, bem como de monitorização do fornecimento de Hidróxido de Sódio no que respeita ao cumprimento das características técnicas, ambientais, de segurança, prazos de entrega e requisitos do fornecimento.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos e no respetivo **ANEXO I**, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O **Cocontratante** é responsável perante as **Contraentes Públicas** por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Requisito do produto

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar às **Contraentes Públicas** Hidróxido de Sódio de acordo com as características, especificações, requisitos técnicos e níveis de serviço previstos no presente Caderno de Encargos.
2. Os produtos devem ser apresentados em soluções aquosas com concentrações mínimas de Hidróxido de Sódio de 24,5% (m/m) (pureza de “25%”), 29,5% (m/m) (pureza “30%”) e 48,5% (m/m) (pureza de “50%”), cumprindo sempre a especificação do fabricante.
3. As soluções de Hidróxido de Sódio a fornecer devem cumprir o estabelecido na EN 896 “*Chemicals used for treatment of water intended for human consumption - Sodium hydroxide*”, nomeadamente os limites de concentração de impurezas, subprodutos e parâmetros químicos admissíveis estabelecidos nos pontos 4.3 e 4.4 da referida Norma (quadro 2 da norma), sempre que requerido no Anexo I ao Caderno de Encargos.
4. Caso o Cocontratante não seja o produtor ou importador para a UE da substância química ativa registado no REACH, deverá fazer cumprir ao(s) produtor(es) ou importador(es) para a UE da substância química ativa indicado(s) na proposta, o envio para o e-mail compras@adp.pt, no prazo de 10 (dez) dias após o término de cada trimestre, de um relatório indicando as quantidades entregues diretamente nas instalações da **Contraentes Públicas**, bem como nas instalações do **Cocontratante**, nesse período, por concentração distinta na produção.

Cláusula 7.^a

Requisitos das embalagens

1. A classificação, embalagem e rotulagem do produto obedece ao regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto.
2. O rótulo das embalagens a fornecer deve referir “*este produto está conforme a EN 896*”, quando aplicável.

3. Os fornecimentos devem ser realizados através do tipo de embalagens indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, as quais devem ser seladas, com indicação do número do lote.
4. O n.º do lote do **Cocontratante** deve ser rastreável ao n.º do lote do produtor da substância química ativa, através da guia de remessa.
5. A fim de garantir que a pureza do produto não é afetada, as embalagens não devem ter sido previamente utilizadas para armazenamento de qualquer outro produto ou devem ter sido corretamente limpas e preparadas antes da utilização.
6. O material da embalagem não poderá interferir na qualidade do produto, nomeadamente no que toca aos processos de lavagem.
7. As bilhas devem ter as pegas adequadas para poderem ser movimentadas por 2 (*duas*) pessoas, em simultâneo.
8. O **Cocontratante** deverá garantir que a pintura das embalagens é efetuada de acordo com a regulamentação em vigor, devendo os símbolos de risco e pictogramas ser identificados nas cisternas do transportador.
9. Os fornecimentos efetuados em bilhas ou contentores serão em regime de débito/crédito, mantendo-se os mesmos propriedade do **Cocontratante**, devendo o **Cocontratante** remover os vazios em todas as entregas de embalagens cheias.
10. As inspeções periódicas a que as embalagens venham a ser sujeitas serão realizadas pelo **Cocontratante** ou por entidade credenciada, contratada por aquele, correndo os respetivos custos por conta do **Cocontratante**.
11. No caso de embalagens não reutilizáveis ou de utilização única, o **Cocontratante** será responsável pela gestão e destino final dos resíduos dessas embalagens, nos termos do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua redação atual.

Cláusula 8.^a

Condições de entrega

1. O **Cocontratante** compromete-se a entregar o produto solicitado no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de envio da nota de encomenda.
2. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da data da celebração do contrato são disponibilizadas ao **Cocontratante** as localizações geográficas dos locais de entrega identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
3. O produto é entregue em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis e acompanhado de toda a documentação legal necessária à sua circulação.
4. Salvo casos excecionais motivados por necessidades urgentes da **Contraente Pública**, o produto deve ser entregue nos dias úteis da semana, das 08:00-16:00h, sem prejuízo de horário diverso acordado entre cada **Contraente Pública** e o **Cocontratante**.
5. O **Cocontratante** deve entregar o produto observando as obrigações relativas aos meios auxiliares e às restrições de acesso previstas no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.
6. Os fornecimentos são realizados na sequência de notas de encomenda a remeter pelas **Contraentes Públicas** em função da avaliação dos stocks existentes e das atividades a desenvolver, não lhe sendo exigíveis a apresentação de pedidos de aquisição periódicos ao **Cocontratante**.
7. As quantidades estimadas indicadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos possuem natureza meramente indicativa para o período de vigência do contrato, não consubstanciando qualquer vinculação relativa à aquisição de quantidades mínimas por parte das **Contraentes Públicas**.
8. Se o **Cocontratante** não dispuser das quantidades solicitadas, designadamente por rutura temporária de stock, deve comunicar o facto à **Contraente Pública** com a maior antecedência possível, o que, no limite, deve corresponder ao dia útil seguinte à data de envio da nota de encomenda.

9. As encomendas das instalações com o mesmo código de coordenação na tabela do **ANEXO II** poderão, por iniciativa da **Contraente Pública**, para efeitos de otimização dos respetivos meios logísticos, ser solicitadas para entrega no mesmo dia.
10. Salvo indicação diversa realizada na nota de encomenda, as entregas do produto devem ser realizadas nos locais de entrega identificados no **ANEXO III** ao presente Caderno de Encargos.
11. Até dois dias úteis antes da entrega prevista, o **Cocontratante** deve enviar à **Contraente Pública**, via e-mail a indicar pela **Contraente Pública**, cópia da seguinte documentação:
- a) Identificação do condutor do veículo que procederá à entrega do produto;
 - b) Identificação do veículo que procederá à entrega do produto;
 - c) Certificado de formação ADR do condutor do veículo válido;
 - d) No caso de entregas em cisterna, certificado de aprovação do veículo que transporta mercadorias perigosas (ADR);
 - e) Ficha de aptidão para o trabalho (FAT) do condutor do veículo válida;
 - f) Ficha de distribuição de EPIs ao condutor do veículo;
 - g) Ficha de Procedimentos de Segurança, onde deverá constar: Descrição dos trabalhos, Avaliação de Riscos e Procedimentos a adotar em caso de emergência;
 - h) Apólice e recibo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho respeitante ao transportador subcontratado pelo **Cocontratante**;
 - i) Apólice e recibo de pagamento do seguro de responsabilidade civil do **Cocontratante** e do transportador subcontratado.
12. Caso haja alterações do condutor, veículo ou transportador subcontratado, aquando da entrega, a cópia atualizada dos documentos referidos no ponto anterior tem de ser apresentada com a entrega do produto.
13. O **Cocontratante**, diretamente ou por intermédio de um subcontratado, obriga-se a efetuar a operação de descarga de granel, contentor ou bilha, nas instalações da

Contraente Pública, pelos seus meios, devendo os transportadores estar munidos dos equipamentos de proteção individual adequados.

14. O Cocontratante deve assegurar/manter o bom estado dos órgãos de descarga (mangueiras, ligações, etc.), de modo a evitar acidentes/derrames, cumprindo/observando as regras de segurança e especificações quanto à descarga e manuseamento, vigentes nas empresas, por todos os intervenientes.

15. A entrega do produto é sempre acompanhada dos seguintes documentos:

a) Guia de remessa da qual deve constar, designadamente:

- i. A data de entrega;
- ii. Identificação do **Cocontratante**;
- iii. Identificação da **Contraente Pública** e local de entrega;
- iv. Data da encomenda e número da requisição emitida pela **Contraente Pública**;
- v. Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- vi. Indicação do produto (quantidade e lote de fabrico do fabricante da substância química ativa e do fornecedor, se diferente);
- vii. Para os fornecimentos em cisterna – granel, a identificação da matrícula da cisterna ou camião (caso a cisterna esteja integrada na viatura).

b) Certificado de Análise ou de Conformidade no qual constará, pelo menos, o número do lote de fabrico do fabricante da substância química ativa, se diferente do fornecedor, a concentração da substância química ativa e massa volúmica, quantificadas.

16. No ato da entrega, o **Cocontratante** deve estar sempre munido da documentação abaixo discriminada, podendo a **Contraente Pública**, sempre que assim o entender, solicitar a sua apresentação:

a) Documentos exigidos no Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, na redação atualmente em vigor;

- b) Certificados de Formação de Conselheiros de Segurança do transporte de mercadorias perigosas relativos ao Conselheiro de Segurança do adjudicatário, comprovativo da formação profissional mencionada no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril;
 - c) Alvará para transporte rodoviário nacional ou internacional de mercadorias por conta de outrem, conforme a origem do produto, previsto no Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de julho, na redação atualmente em vigor.
 - d) Para o transporte em cisterna–granel, comprovativo da carga anterior transportada e, caso não seja idêntica à presente, certificado de limpeza interior da cisterna ou compartimento.
 - e) Regras escritas de transporte e de descarga do Produto.
17. Realizada a entrega, o **Cocontratante** fica na posse de uma cópia da guia de remessa, assinada por um representante da **Contraente Pública**, constituindo prova bastante da entrega do produto.
18. A assinatura da guia de remessa pela **Contraente Pública** não implica a aceitação de eventuais discrepâncias do produto com as características previstas no presente Caderno de Encargos.
19. Os riscos nas fases de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga da entrega e trasfega do produto para os depósitos da **Contraente Pública** são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.

Cláusula 9.ª

Verificação

1. Após a entrega do produto realizada pelo **Cocontratante**, a **Contraente Pública** dispõe de um prazo máximo de 15 (*quinze*) dias úteis para proceder à verificação quantitativa e qualitativa do mesmo, aferindo eventuais irregularidades ou a existência de defeitos de fabrico, transporte ou descarga.

2. A **Contraente Pública** deve transmitir ao **Cocontratante** todas as irregularidades encontradas, sendo que, findo o prazo mencionado no número anterior sem que tenha comunicado a existência de desconformidades, considera-se que há lugar à aceitação definitiva do produto.
3. Caso o produto entregue não se encontre em conformidade com o disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, será da responsabilidade do **Cocontratante** a substituição do mesmo.
4. Em caso de desconformidade do produto, o **Cocontratante** dispõe de um prazo máximo de 2 (*dois*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2 para proceder à substituição do mesmo.
5. Quando as deficiências e irregularidades detetadas não impliquem a devolução do produto, o **Cocontratante** dispõe de um prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, a contar da comunicação referida no n.º 2, para suprir as deficiências e irregularidades detetadas.
6. Todos os encargos com a devolução e a substituição do produto são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
7. A devolução do produto pelas **Contraentes Públicas** nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 10.^a

Garantia

1. O **Cocontratante** deve garantir a qualidade dos bens a fornecer durante a vigência do contrato, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas.
2. É, designadamente, aplicável à obrigação de garantia dos bens a fornecer o disposto nos artigos 441.º e 444.º do Código dos Contratos Públicos.
3. É, ainda, aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que

respeita à responsabilidade e obrigações do fornecedor e do produtor e aos direitos do consumidor.

Cláusula 11.^a

Descontinuidade do produto

1. Sempre que se verifique a descontinuidade de produção do produto a fornecer, o **Cocontratante** deve proceder à sua substituição, submetendo os termos de atualização às **Contraentes Públicas** juntamente com uma declaração, emitida pelo fabricante do produto ou pelo representante oficial em Portugal, que confirme a descontinuidade.
2. A atualização do produto a fornecer deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Manutenção das características do produto constantes da proposta inicial;
 - b) Manutenção dos requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais mínimos exigidos;
 - c) Equivalência dos preços;
 - d) Inalterabilidade das condições contratuais.

Cláusula 12.^a

Boletim de análise

1. O Boletim de Análise deve ser entregue pelo **Cocontratante** à **Contraente Pública** com uma periodicidade trimestral contada a partir da data do início do contrato.
2. O Boletim de análise deverá ser emitido por laboratório acreditado, segundo a NP EN ISO/IEC 17025 ou equivalente, para os métodos de ensaio no produto em causa, ou em laboratório com métodos de ensaio acreditados para, pelo menos, um dos seguintes produtos: Águas, Efluentes líquidos, Águas resultantes de ensaios de migração e Produtos Químicos usados no tratamento de Água.
3. No Boletim de análise deverá constar, pelo menos, a seguinte informação:

- a) Identificação do laboratório que realiza as análises;
 - b) Lote do produtor da substância química ativa;
 - c) Identificação completa e data da receção da amostra submetida a ensaio;
 - d) Resultados dos ensaios respeitantes aos critérios de pureza, impurezas, subprodutos e parâmetros químicos, apresentados nas unidades referidas na norma aplicável.
4. No caso da omissão de entrega dos Boletins, as **Contraentes Públicas** podem determinar a realização de análises, sendo os custos das mesmas imputados ao **Cocontratante**.
5. As **Contraentes Públicas** podem solicitar, durante a vigência do contrato, o número de amostras que entenderem necessárias à aferição da qualidade do produto fornecido, podendo a amostragem ser feita, aleatoriamente, sobre as entregas realizadas.

Cláusula 13.^a

Sistema de gestão de qualidade

Na execução do contrato o **Cocontratante** deve assegurar a implementação de um sistema de gestão de qualidade que cumpra os requisitos das normas EN ISO 9001:2015 ou equivalente, nos termos previstos no **ANEXO V** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.^a

Dever de sigilo

- 1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às **Contraentes Públicas**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações

referentes ou obtidas na execução do contrato e que as **Contraentes Públicas** lhe indiquem para esse efeito.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 15.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o **Cocontratante** necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções das **Contraentes Públicas**, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O **Cocontratante** não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O **Cocontratante** deve cumprir rigorosamente as instruções das **Contraentes Públicas** no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O **Cocontratante** deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O **Cocontratante** deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados

personais fornecidos pelas **Contraentes Públicas**, ou por quem atue em representação destas.

6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O **Cocontratante** deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o **Cocontratante** responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** deve, no prazo de **15 (quinze) dias**, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O **Cocontratante** deve comunicar de imediato às **Contraentes Públicas** quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O **Cocontratante** encontra-se adstrito a notificar de imediato as **Contraentes Públicas** de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o **Cocontratante** tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, as **Contraentes Públicas** disponibilizando-lhes uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-as das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao **Cocontratante**, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para as **Contraentes Públicas**:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
- c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

13. O **Cocontratante** obriga-se a ressarcir as **Contraentes Públicas** por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelas **Contraentes Públicas**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 16.^a

Conservação de dados pessoais

1. O **Cocontratante** deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a *1(um)* ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelas **Contraentes Públicas**.

2. Dependendo da opção das **Contraentes Públicas**, o **Cocontratante** apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 17.^a

Transferência de dados pessoais

O **Cocontratante** não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita das **Contraentes Públicas**, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, as **Contraentes Públicas** antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 18.^a

Dever de cooperação

O **Cocontratante** deve cooperar com as **Contraentes Públicas** ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo **Cocontratante** em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DAS CONTRAENTES PÚBLICAS

Cláusula 19.^a

Obrigações da AdP SGPS

Constituem obrigações da **AdP SGPS**:

- a) Coordenar os contratos em representação das **Contraentes Públicas**;
- b) Prestar esclarecimentos às **Contraentes Públicas** sobre os termos do contrato e coligir as reclamações sobre a execução contratual;
- c) Monitorizar a qualidade do fornecimento dos artigos e, quando necessário, sugerir às **Contraentes Públicas** a aplicação de sanções contratuais;
- d) Monitorizar os consumos e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- e) Executar a caução, caso se justifique.

Cláusula 20.^a

Obrigações das Contraentes Públicas

Constituem obrigações das **Contraentes Públicas**:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato, para efeitos de comunicações com o **Cocontratante** e a **AdP SGPS**, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Comunicar, em tempo útil, à **AdP SGPS**, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização;
- c) Remeter a nota de encomenda tendo em conta os prazos estabelecidos para a entrega dos artigos;
- d) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos artigos fornecidos, salvo situações excecionais previamente acordadas entre as partes (como por

exemplo, restrições de horários de entrega associados aos regimes de funcionamento das instalações);

- e) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado pela **AdP SGPS**;
- f) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique.

Cláusula 21.^a

Preço base e preço contratual

1. O presente procedimento encontra-se sujeito aos preços-máximos unitários que se encontram definidos no **ANEXO IV** do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, as **Contraentes Públicas** devem pagar ao **Cocontratante** o valor resultante do produto das quantidades efetivamente fornecidas pelos respetivos preços unitários definidos na proposta adjudicada, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às **Contraentes Públicas**, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 22.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelas **Contraentes Públicas**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das

respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte das **Contraentes Públicas** quanto aos valores indicados nas faturas, devem estas comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelas **Contraentes Públicas** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, as **Contraentes Públicas** proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n. os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 23.^a

Faturação eletrónica

1. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema

suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..

3. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> l .
4. Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU.
5. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240> .

Cláusula 24.^a

Revisão de preços

O presente contrato está sujeito à revisão de preços conforme o disposto no **ANEXO VI** ao presente Caderno de Encargos.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 25.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado por cada **Contraente Pública**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao **Cocontratante** que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 26.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização das **Contraentes Públicas**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As **Contraentes Públicas** devem pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação,

desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, as **Contraentes Públicas** podem determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelas **Contraentes Públicas**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização das **Contraentes Públicas**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 27.^a

Sanções

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as **Contraentes Públicas** podem exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. As **Contraentes Públicas** podem, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das especificações do produto constantes na Cláusula 6.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa;
 - b) Pelo incumprimento das obrigações previstas no n.º 4 da Cláusula 6.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor das encomendas entregues no trimestre a que o relatório diz respeito;
 - c) Pelo incumprimento do prazo estipulado ao **Cocontratante** no n.º 1 da Cláusula 8.^a, por causa que lhe seja imputável, uma sanção contratual definida nos

termos do número seguinte, até ao valor máximo de 30% do valor da encomenda em causa;

- d) Pela omissão de comunicação prevista no n.º 8 da Cláusula 8.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 10% do valor da encomenda em causa;
- e) Pelo incumprimento das obrigações previstas nos n.ºs 4 e 5 da Cláusula 9.^a, uma sanção contratual por cada dia de atraso, até ao valor máximo de 45% do valor da encomenda em causa.

3. No caso previsto na alínea c) do número anterior, a sanção contratual a aplicar é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,1$$

Em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da encomenda e A é o número de dias de atraso, correspondente a essa encomenda, sendo o primeiro dia de atraso o dia de calendário seguinte ao dia da obrigação de entrega.

4. No caso previsto na alínea d) do n.º 2, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção contratual, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (15-N) \times \text{€}100,00$$

Sendo N o número de dias de pré-aviso de rutura temporária de stock contados relativamente ao dia útil seguinte de uma nota de encomenda que não será satisfeita.

5. Quando, nos termos da Cláusula 9.^a, os bens entregues não se encontrem em conformidade com o disposto no caderno de encargos e legislação aplicável, obrigando à substituição dos mesmos, a **Contraente Pública** pode aplicar uma sanção contratual calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A \times 0,15$$

Em que:

- **P** corresponde ao montante da penalidade;
 - **V** é igual ao valor da encomenda subjacente aos bens a substituir;
 - **A** número de dias de atraso relativamente ao prazo máximo constante no n.º 4 da Cláusula 9.^a, contados após a respetiva comunicação.
6. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual.
 7. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e as **Contraentes Públicas** decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 8. As **Contraentes Públicas** podem descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
 9. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstem a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 28.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;

- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias,**

autoriza as **Contraentes Públicas** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização.

Cláusula 29.ª

Resolução do contrato por parte das Contraentes Públicas

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. As **Contraentes Públicas** podem resolver o contrato designadamente nos casos de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do **Cocontratante** de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelas **Contraentes Públicas**.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante** pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo da cláusula 27.ª relativamente às prestações objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que as **Contraentes Públicas** exijam uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 30.ª

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 31.ª

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela **Contraente Pública** sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo **Cocontratante** das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela **Contraente Pública** não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.

3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o **Cocontratante** na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da **Contraente Pública** para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo **Cocontratante**, designadamente das obrigações de garantia.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 32.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 33.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre as **Contraentes Públicas** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser

efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 34.^a

Foro competente

Qualquer litígio emergente do contrato a celebrar, será dirimido no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 35.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O Contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 36.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

LOTES E ARTIGOS

| Lote | N.º artigo | Empresa | Nome da Instalação de Entrega | Tipo de instalação | Produto | Pureza | Parâmetros Químicos Mínimos* | Tipo de Embalagem | Consumo estimado (t) |
|------|------------|---------|-------------------------------|--------------------|--------------------|--------|------------------------------|-------------------|----------------------|
| I | I.001 | AdN | ETA Lapela | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 4,0 |
| I | I.002 | AdN | ETA S. Jorge | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 7,0 |
| I | I.003 | AdN | ETA Areias Vilar | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 0,480 |
| I | I.004 | AdN | ETA Queimadela | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 1,50 |
| I | I.005 | AdN | ETA Alto Rabagão | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 3,60 |
| I | I.006 | AdN | ETA Torre Pinhão | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 1,20 |
| I | I.007 | AdN | ETA Sordo | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 1,20 |
| I | I.008 | AdN | ETA Alvão | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,40 |
| I | I.009 | AdN | ETAR Vila Real-Cidade | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | CONTENTOR 1m3 | 5,0 |
| I | I.010 | AdN | ETA Ferradosa | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 3,0 |
| I | I.011 | AdN | ETA Azibo | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 3,60 |
| I | I.012 | AdN | ETAR Cachão | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | CONTENTOR 1m3 | 3,60 |
| I | I.013 | AdN | ETA Veiga de Areosa | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 10,0 |
| I | I.014 | AdN | Reservatório Areosa-Pêgo | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 12,0 |
| I | I.015 | AdN | Reservatório Portela I | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 4,80 |
| I | I.016 | AdN | ETAR Sousa | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | CONTENTOR 1m3 | 15,0 |
| I | I.017 | AdN | ETAR Ponte da Baía | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | CONTENTOR 1m3 | 5,0 |
| I | I.018 | AdN | ETA Amarante | AA | Hidróxido de Sódio | 50% | Tipo I | BILHA 20-25L | 1,0 |
| I | I.019 | ADAM | Armazéns COP Norte | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 30,0 |
| I | I.020 | ADAM | Armazéns Ursulinas | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 30,0 |
| I | I.021 | ADAM | Armazéns COP Nordeste | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 10,0 |
| I | I.022 | AdDP | Cloragem Carregal - Ovar | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | GRANEL - CISTERNA | 16,0 |
| I | I.023 | AdDP | ETA Ferro | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | GRANEL - CISTERNA | 48,0 |
| I | I.024 | AdDP | Cloragem Jovim | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 6,0 |
| I | I.025 | AdDP | ETA Lever | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 6,0 |
| I | I.026 | AdDP | ETA Ferreira | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,40 |
| I | I.027 | AdDP | ETA Castelo Paiva | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,40 |

| Lote | N.º artigo | Empresa | Nome da Instalação de Entrega | Tipo de instalação | Produto | Pureza | Parâmetros Químicos Mínimos* | Tipo de Embalagem | Consumo estimado (t) |
|------|------------|---------|---------------------------------|--------------------|--------------------|--------|------------------------------|-------------------|----------------------|
| I | 1.028 | AdDP | ETA Pousada - Góve | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 3,60 |
| I | 1.029 | AdRA | Armazém AdRA Cacia | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 10,0 |
| I | 1.030 | AdRA | Reservatórios Gafanha da Nazaré | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 10,0 |
| I | 1.031 | AdRA | Reservatório Cidade | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 80,0 |
| I | 1.032 | AdRA | Reservatório Lagoa | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 8,0 |
| I | 1.033 | AdRA | Estaleiro Furo do Moisés | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 15,0 |
| I | 1.034 | AdRA | ETA Assequins | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 10,0 |
| I | 1.035 | AdRA | Reservatório Espinheiro | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 65,0 |
| I | 1.036 | AdCL | ETAR Cacia | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 120,0 |
| I | 1.037 | AdCL | ETA Alagoa | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 6,0 |
| I | 1.038 | AdCL | ETAR Penacova | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | BILHA 20-25L | 4,0 |
| I | 1.039 | AdCL | ETA Cancelas | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | BILHA 20-25L | 3,0 |
| 2 | 2.001 | AdTA | ETAR Nazaré | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | CONTENTOR 1m3 | 13,20 |
| 2 | 2.002 | AdTA | ETAR Rio Maior | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | CONTENTOR 1m3 | 1,20 |
| 2 | 2.003 | AdTA | EEAR3 Alcântara | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | CONTENTOR 1m3 | 2,0 |
| 2 | 2.004 | AdTA | ETAR Alcântara | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 30,0 |
| 2 | 2.005 | AdTA | ETAR Guia - ETFL | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | GRANEL - CISTERNA | 500,0 |
| 2 | 2.006 | AdTA | ETAR Guia - ETFS | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | GRANEL - CISTERNA | 125,0 |
| 2 | 2.007 | AdTA | ETAR Alverca | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 20,0 |
| 2 | 2.008 | AdTA | ETAR Beirolos | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 300,0 |
| 2 | 2.009 | AdTA | ETAR Frielas | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 5,0 |
| 2 | 2.010 | AdTA | ETAR São João da Talha | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 60,0 |
| 2 | 2.011 | AdTA | ETAR Chelas | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | GRANEL - CISTERNA | 365,0 |
| 2 | 2.012 | EPAL | ETA Asseiceira | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | GRANEL - CISTERNA | 7,0 |
| 2 | 2.013 | AdVT | ETA Cabril | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,60 |
| 2 | 2.014 | AdVT | ETA Sta. Águeda | AA | Hidróxido de sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 5,0 |
| 2 | 2.015 | AdVT | ETAR Castelo Branco | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | CONTENTOR 1m3 | 5,20 |
| 2 | 2.016 | AdVT | ETAR Santa Cita | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | CONTENTOR 1m3 | 3,60 |
| 2 | 2.017 | AdVT | ETAR Torrão | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 25,0 |

| Lote | N.º artigo | Empresa | Nome da Instalação de Entrega | Tipo de instalação | Produto | Pureza | Parâmetros Químicos Mínimos* | Tipo de Embalagem | Consumo estimado (t) |
|------|------------|---------|---|--------------------|--------------------|--------|------------------------------|-------------------|----------------------|
| 2 | 2.018 | AdVT | ETA Apartadura | AA | Hidróxido de Sódio | 30% | Tipo 2 | BILHA 20-25L | 15,0 |
| 2 | 2.019 | AdVT | ETA Monte Novo | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | BILHA 20-25L | 1,0 |
| 2 | 2.020 | AdVT | ETA Monte Novo | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 5,30 |
| 2 | 2.021 | AdA | Torre Neutralização - ETA Alcantarilha | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 10,0 |
| 2 | 2.022 | AdA | Torre Neutralização - ETA Fontainhas | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,0 |
| 2 | 2.023 | AdA | Torre Neutralização - ETA Beliche | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,0 |
| 2 | 2.024 | AdA | Torre Neutralização - ETA Tavira | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 4,0 |
| 2 | 2.025 | AdA | Torre Neutralização - Posto Recloração Cabeço | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | CONTENTOR 1m3 | 2,50 |
| 2 | 2.026 | AdA | ETA Beliche | AA | Hidróxido de Sódio | 25% | Tipo I | GRANEL - CISTERNA | 24,0 |
| 2 | 2.027 | AdA | ETAR Faro/Olhão | AR | Hidróxido de Sódio | 30% | | CONTENTOR 1m3 | 68,0 |

* (Tab. 2 EN 896:2012 -Hidróxido de Sódio)

ANEXO II

COORDENAÇÕES E CONDIÇÕES DE ENTREGA

| Lote | N.º Artigo | Empresa | Produto | Pureza | Tipo de embalagem | Instalação de Entrega | Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante | Restrições de acesso ao ponto de abastecimento | Quantidade Mínima por Entrega (t) | Quantidade Máxima por Entrega (t) | Coordenações de entregas | Observações |
|------|------------|---------|--------------------|--------|-------------------|--------------------------|--|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|-------------|
| I | 1.001 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Lapela | Trasfega de contentor | | 1 | 2 | N01 | |
| I | 1.002 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA S. Jorge | Trasfega de contentor | | 3 | 6 | N01 | |
| I | 1.003 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Areias Vilar | Trasfega de contentor | | 0,48 | 0,48 | * | |
| I | 1.004 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | ETA Queimadela | | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 0,48 | 1,2 | N02 | |
| I | 1.005 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Alto Rabagão | Trasfega de contentor | | 3,6 | 3,6 | N02 | |
| I | 1.006 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Torre Pinhão | Trasfega de contentor | | 1,3 | 2,6 | N03 | |
| I | 1.007 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Sordo | Trasfega de contentor | | 1,3 | 1,3 | N03 | |
| I | 1.008 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Alvão | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 0,9 | 1,2 | N03 | |
| I | 1.009 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Vila Real-Cidade | Plataforma elevatória | Restrições no acesso devido a curvas apertadas e estreito acesso | 1,2 | 1,2 | N03 | |
| I | 1.010 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Ferradosa | Trasfega de contentor | Entrada de traseira na instalação | 1,2 | 1,2 | * | |
| I | 1.011 | AdN | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | ETA Azibo | Plataforma elevatória | | 1,2 | 3,6 | N04 | |
| I | 1.012 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Cachão | Trasfega de contentor | | 1,2 | 2,4 | N04 | |
| I | 1.013 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Veiga de Areosa | Trasfega de contentor | Viatura até 3500 kg | 1,3 | 2,6 | N05 | |
| I | 1.014 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | Reservatório Areosa-Pêgo | Trasfega de contentor | | 1,3 | 3,9 | N05 | |
| I | 1.015 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | Reservatório Portela I | Trasfega de contentor | | 1 | 2 | N05 | |

| Lote | N.º Artigo | Empresa | Produto | Pureza | Tipo de embalagem | Instalação de Entrega | Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante | Restrições de acesso ao ponto de abastecimento | Quantidade Mínima por Entrega (t) | Quantidade Máxima por Entrega (t) | Coordenações de entregas | Observações |
|------|------------|---------|--------------------|--------|-------------------|--------------------------|--|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|-------------|
| I | 1.016 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Sousa | Trasfega de contentor | | 1,3 | 2,6 | N06 | |
| I | 1.017 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Ponte da Baia | | | 1 | 2 | N06 | |
| I | 1.018 | AdN | Hidróxido de Sódio | 50% | BILHA 20-25L | ETA Amarante | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 0,96 | 0,96 | N06 | |
| I | 1.019 | ADAM | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | Armazéns COP Norte | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,6 | 2,4 | * | |
| I | 1.020 | ADAM | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | Armazéns Ursulinas | Porta-paletes+plataforma elevatória | Viatura até 5000 kg | 1,6 | 1,6 | * | |
| I | 1.021 | ADAM | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | Armazéns COP Nordeste | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,2 | 2,4 | * | |
| I | 1.022 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | Cloragem Carregal - Ovar | Mangueiras com 20 metros. | | 4 | 5,2 | * | |
| I | 1.023 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETA Ferro | Boca do tipo Guillemín de DN90 e PN6 | Restrição à entrada de camiões articulados. | 4 | 8 | * | |
| I | 1.024 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | Cloragem Jovim | Trasfega de contentor, mangueira de 20 m de comprimento. | | 1,2 | 6 | D01 | |
| I | 1.025 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | ETA Lever | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,2 | 6 | D01 | |
| I | 1.026 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Ferreira | Trasfega de contentor, mangueiras de 10m de comprimento. | | 1,2 | 2,4 | * | |
| I | 1.027 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | ETA Castelo Paiva | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,2 | 1,2 | D02 | |
| I | 1.028 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Pousada - Góve | Trasfega de contentor, mangueiras de 10m de comprimento. | Restrição à entrada de camiões articulados. | 1,2 | 1,2 | D02 | |

| Lote | N.º Artigo | Empresa | Produto | Pureza | Tipo de embalagem | Instalação de Entrega | Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante | Restrições de acesso ao ponto de abastecimento | Quantidade Mínima por Entrega (t) | Quantidade Máxima por Entrega (t) | Coordenações de entregas | Observações |
|------|------------|---------|--------------------|--------|-------------------|---------------------------------|---|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|--|
| I | 1.029 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | Armazém AdRA Cacia | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,4 | 1,4 | V01 | |
| I | 1.030 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | Reservatórios Gafanha da Nazaré | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,4 | 1,4 | V01 | |
| I | 1.031 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | Reservatório Cidade | Porta-paletes+plataforma elevatória | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 1,2 | 1,2 | V01 | |
| I | 1.032 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | Reservatório Lagoa | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,2 | 1,2 | V01 | |
| I | 1.033 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | Estaleiro Furo do Moisés | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,8 | 1,8 | V02 | |
| I | 1.034 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | ETA Assequins | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1,8 | 1,8 | V02 | |
| I | 1.035 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | Reservatório Espinheiro | Porta-paletes+plataforma elevatória | Viatura até 3500 kg | 1,2 | 1,2 | V02 | |
| I | 1.036 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Cacia | Transfega a efetuar com recurso a mangueira de ligação Guillemín de 2 polegadas | Camião de 10 Ton de produto | 8 | 10 | * | |
| I | 1.037 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | ETA Alagoa | Porta-paletes+plataforma elevatória | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 1,5 | 3 | C01 | |
| I | 1.038 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | ETAR Penacova | Porta paletes | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 0,96 | 2 | C01 | 2 Ton a consumir em Aveleira e 2 Ton em S. Pedro Alva. |
| I | 1.039 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | ETA Cancelas | Porta-paletes+plataforma elevatória | Viatura até 3500 kg | 1,5 | 1,5 | * | |
| 2 | 2.001 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Nazaré | Trasfega de contentor | | 2,6 | 3,9 | * | |

| Lote | N.º Artigo | Empresa | Produto | Pureza | Tipo de embalagem | Instalação de Entrega | Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante | Restrições de acesso ao ponto de abastecimento | Quantidade Mínima por Entrega (t) | Quantidade Máxima por Entrega (t) | Coordenações de entregas | Observações |
|------|------------|---------|--------------------|--------|-------------------|------------------------|---|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---|
| 2 | 2.002 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Rio Maior | Trasfega de contentor | | 1,2 | 1,2 | * | |
| 2 | 2.003 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | EEAR3 Alcântara | Trasfega de contentor | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 0,5 | 1 | * | |
| 2 | 2.004 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Alcântara | | | 25 | 25 | * | |
| 2 | 2.005 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Guia - ETFL | | | 15 | 25 | T01 | Na ETFL há 2 pontos de carregamento (para a Desodorização do pré-tratamento e para a Desodorização da ETFL) |
| 2 | 2.006 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Guia - ETFS | | | 15 | 25 | T01 | Na ETFS há 2 pontos de carregamento (Desodorização I e II) |
| 2 | 2.007 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Alverca | | | 4 | 8 | T02 | |
| 2 | 2.008 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Beirolas | | | 3,5 | 8 | T02 | |
| 2 | 2.009 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Frielas | | | 2 | 7 | T02 | |
| 2 | 2.010 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR São João da Talha | | | 4 | 4 | T02 | |
| 2 | 2.011 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETAR Chelas | | | 3,5 | 4 | T02 | |
| 2 | 2.012 | EPAL | Hidróxido de Sódio | 30% | GRANEL - CISTERNA | ETA Asseiceira | | | 6 | 6 | * | |
| 2 | 2.013 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Cabril | Trasfega de contentor | | 2,6 | 2,6 | * | |
| 2 | 2.014 | AdVT | Hidróxido de sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETA Sta. Águeda | Trasfega de contentor | | 1,2 | 3,6 | * | |
| 2 | 2.015 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Castelo Branco | Trasfega de contentor | | 1,3 | 3 | J01 | |
| 2 | 2.016 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Santa Cita | Trasfega de contentor | | 1,2 | 2,6 | J01 | |
| 2 | 2.017 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Torrão | Trasfega de contentor e porta paletes+plataforma elevatória | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 1,3 | 2,6 | * | |

| Lote | N.º Artigo | Empresa | Produto | Pureza | Tipo de embalagem | Instalação de Entrega | Meios Auxiliares a disponibilizar pelo Cocontratante | Restrições de acesso ao ponto de abastecimento | Quantidade Mínima por Entrega (t) | Quantidade Máxima por Entrega (t) | Coordenações de entregas | Observações |
|------|------------|---------|--------------------|--------|-------------------|---|--|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|-------------|
| 2 | 2.018 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | BILHA 20-25L | ETA Apartadura | | | 1,35 | 2,7 | J02 | |
| 2 | 2.019 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 25% | BILHA 20-25L | ETA Monte Novo | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1 | 2 | J02 | |
| 2 | 2.020 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | ETA Monte Novo | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 2,4 | 5,3 | J02 | |
| 2 | 2.021 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | Torre Neutralização - ETA Alcantarilha | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1 | 4,8 | * | |
| 2 | 2.022 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | Torre Neutralização - ETA Fontainhas | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1 | 4,8 | * | |
| 2 | 2.023 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | Torre Neutralização - ETA Beliche | Trasfega de contentor | | 1 | 2 | * | |
| 2 | 2.024 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | Torre Neutralização - ETA Tavira | Porta-paletes+plataforma elevatória | | 1 | 2 | * | |
| 2 | 2.025 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | CONTENTOR 1m3 | Torre Neutralização - Posto Recloragem Cabeço | Trasfega de contentor | Camião de 12 Ton, 2 eixos | 1 | 2 | * | |
| 2 | 2.026 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | GRANEL - CISTERNA | ETA Beliche | | | 10 | 15 | * | |
| 2 | 2.027 | AdA | Hidróxido de Sódio | 30% | CONTENTOR 1m3 | ETAR Faro/Olhão | Trasfega de contentor | | 1,3 | 3,9 | * | |

Todos os camiões para entrega em "granel - cisterna" devem dispor de bomba de trasfega e respetivas mangueiras.

A trasfega do reagente, de contentor e de camião - cisterna, é efetuada pelo fornecedor, com os seus meios.

* - Não aplicável por não haver coordenação com outras instalações.

ANEXO III

LOCAIS DE ENTREGA

| Empresa | Nome da Instalação de Entrega | Morada |
|---------|---|--|
| AdA | ETA Beliche | ETA de Beliche - Monte do Beliche, 8950-103 Castro Marim |
| AdA | ETAR Faro/Olhão | Sítio dos Salgados, 8005-000 Faro |
| AdA | Torre Neutralização - ETA Alcantarilha | ETA de Alcantarilha, Sítio do Malhão, 8365-024 Alcantarilha |
| AdA | Torre Neutralização - ETA Beliche | ETA de Beliche - Monte do Beliche, 8950-103 Castro Marim |
| AdA | Torre Neutralização - ETA Fontainhas | ETA das Fontainhas - Sítio das Fontainhas, 8500-130 Mexilhoeira Grande, Portimão |
| AdA | Torre Neutralização - ETA Tavira | ETA de Tavira - Sítio do Malhão 8800-507 Tavira |
| AdA | Torre Neutralização - Posto Recloração Cabeço | Sítio Cerro da Cabeça, 8950 CASTRO MARIM |
| ADAM | Armazéns COP Nordeste | Zona Industrial de Paçô - Arcos de Valdevez |
| ADAM | Armazéns COP Norte | Zona Industrial de Cornes - V.N. Cerveira |
| ADAM | Armazéns Ursulinas | Rua Dr. Moisés Alves Pinho - Monserrate - V.Castelo |
| AdCL | ETA Alagoa | Rua da ETA de Alagoa, Alagoa, 3300 Arganil |
| AdCL | ETA Cancelas | Lugar de Cancelas, Espinhal, 3230 Penela |
| AdCL | ETAR Cacia | ETAR de Cacia - Rua do Passal - Sarrazola - 3800-530 Cacia |
| AdCL | ETAR Penacova | Cheira - Penacova 3360-200 Penacova |
| AdDP | Cloragem Carregal - Ovar | Rua Dr. Manuel Fernando Silva, Carregal Norte 3880-224 Ovar |
| AdDP | Cloragem Jovim | Rua do Tronco 4510-151 Jovim |
| AdDP | ETA Castelo Paiva | Monte do Facho, Bairros, 4550 Castelo Paiva |
| AdDP | ETA Ferreira | Rua de Pisões - Modelos, 4590-469 Paços de Ferreira |
| AdDP | ETA Ferro | Lugar do Assento, Jogueiros, Felgueiras. 4610-353 Jogueiros |
| AdDP | ETA Lever | Rua Companhia das Águas, 706 4415-679 Lever |
| AdDP | ETA Pousada - Gôve | Rua Central da Tapada, 576, 4640-270 Gôve |
| AdN | ETA Alto Rabagão | ESTRADA NACIONAL 103 KM119 5470-526 VIADE DE BAIXO MONTALEGRE |
| AdN | ETA Alvão | Estrada municipal 313, 5000-063 Borbela, VILA REAL |
| AdN | ETA Amarante | Rua General Vitorino Laranjeira, N 543, S. Gonçalo, 4600-018, Amarante |
| AdN | ETA Areias Vilar | Lugar de Gaído, Areias de Vilar 4755-045 Barcelos |
| AdN | ETA Azibo | ETA DO AZIBO, VALE DA PORCA 5340-000 MACEDO DE CAVALEIROS |
| AdN | ETA Ferradosa | ETA da Ferradosa, LUGAR DA FERRADOSA 5180-000 FREIXO DE ESPADA À CINTA |
| AdN | ETA Lapela | Lugar de Pias, Troporiz Lapela 4950-000 Monção |
| AdN | ETA Queimadela | Rua da Barragem de Queimadela, Revelhe 4820-630 Fafe |
| AdN | ETA S. Jorge | Freguesia S. Jorge, Vilar de Lobos 4970-588 Arcos de Valdevez |
| AdN | ETA Sordo | Lugar do Sordo, 5000-427 Vila Real |

| Empresa | Nome da Instalação de Entrega | Morada |
|----------------|--------------------------------------|--|
| AdN | ETA Torre Pinhão | Lugar da Fonte da Borra, Torre do Pinhão 5060-561 SABROSA |
| AdN | ETA Veiga de Areosa | Rua Além do Rio de Areosa, 4900-000, Viana do Castelo |
| AdN | ETAR Cachão | LUGAR DO CACHÃO - FRECHAS, MIRANDELA 5370-000 MIRANDELA |
| AdN | ETAR Ponte da Baia | Rua do Outeiro, Vila Caiz 4600-790 Amarante |
| AdN | ETAR Sousa | Rua do Souto, nº 153 - Lodares 4620-000 Lousada |
| AdN | ETAR Vila Real-Cidade | ETAR DE VILA REAL LUGAR DE ÍNSUA 5000-000 VILA REAL |
| AdN | Reservatório Areosa-Pêgo | Rua de S. Mamede, nº 752, Areosa 4900-900 Viana do Castelo |
| AdN | Reservatório Portela I | Rua do Depósito, 4900-681 Viana do Castelo |
| AdRA | Armazém AdRA Cacia | Travessa da Rua da Paz, nº 4 - Cacia, Aveiro |
| AdRA | Estaleiro Furo do Moisés | Rua da Igreja, Pombal, Sever do Vouga |
| AdRA | ETA Assequins | Rua Domingos Pinto Carvalho, Assequins, Águeda |
| AdRA | Reservatório Cidade | Rua Dr. Mário Sacramento, Aveiro |
| AdRA | Reservatório Espinheiro | Espinheiro |
| AdRA | Reservatório Lagoa | Rua Euclides Vaz, Ílhavo |
| AdRA | Reservatórios Gafanha da Nazaré | Rua Afonso de Albuquerque, Gafanha da Nazaré, Ílhavo |
| AdTA | EEAR3 Alcântara | RUA CAIS ALCANTARA, 1300-159 LISBOA |
| AdTA | ETAR Alcântara | ETAR ALCANTARA - AV CEUTA 1300-125 LISBOA |
| AdTA | ETAR Alverca | ETAR ALVERCA - ALVERCA 2615-173 ALVERCA DO RIBATEJO |
| AdTA | ETAR Beirolas | BEIROLAS, 3547, 1990-386 MOSCAVIDE |
| AdTA | ETAR Chelas | ESTRADA DE CHELAS, 113 - 1900-151 Lisboa |
| AdTA | ETAR Frielas | ETAR FRIELAS - URB CRUZ PEDRA 2660-001 FRIELAS |
| AdTA | ETAR Guia - ETFL | ETFL - RUA FAIAS 2750-000 CASCAIS |
| AdTA | ETAR Guia - ETFS | ETFS - RUA HUMBERTO DELGADO 2755-234 ALCABIDECHÉ |
| AdTA | ETAR Nazaré | ETAR da Nazaré-Estrada Nacional 242, km 36 -2450 Nazaré |
| AdTA | ETAR Rio Maior | Estrada Santarém - Quinta Rosa - 2040-414 Rio Maior |
| AdTA | ETAR São João da Talha | ETAR S J TALHA - S JOAO TALHA , 4414 2695-719 SÃO JOÃO DA TALHA |
| AdVT | ETA Apartadura | ETA Apartadura - SITIO RASA S/N 7330-339 SÃO SALVADOR DA ARAMENHA |
| AdVT | ETA Cabril | ETA do Cabril, Vale Barco, 3270-157 Pedrogão Grande |
| AdVT | ETA Monte Novo | ETA Monte Novo Herdade do Monte Novo N. Srª de Machede, 7000-000 N. Srª de Machede |
| AdVT | ETA Sta. Águeda | Póvoa de Rio Moinhos, 6000-000 Castelo Branco |
| AdVT | ETAR Castelo Branco | Lugar Talagueira, 6000-000 Castelo Branco |
| AdVT | ETAR Santa Cita | Zona Industrial Tomar, 2300-000 Tomar |
| AdVT | ETAR Torrão | Quinta Chão Dinis S/N 6300-000 Guarda |

| Empresa | Nome da Instalação de Entrega | Morada |
|----------------|--------------------------------------|------------------------|
| EPAL | ETA Asseiceira | ETA Asseiceira - TOMAR |

ANEXO IV

PREÇOS-MÁXIMOS UNITÁRIOS

| Lote | N.º artigo | Empresa | Produto | Pureza | Instalação de Entrega | Tipo de Instalação | Tipo de Embalagem | Preço-máximo unitário (€/t) |
|------|------------|---------|--------------------|--------|--------------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| I | I.001 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Lapela | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.002 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA S. Jorge | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.003 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Areias Vilar | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.004 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Queimadela | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.005 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Alto Rabagão | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.006 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Torre Pinhão | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.007 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Sordo | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.008 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Alvão | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.009 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Vila Real-Cidade | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.010 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Ferradosa | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.011 | AdN | Hidróxido de Sódio | 25% | ETA Azibo | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.012 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Cachão | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.013 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Veiga de Areosa | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.014 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | Reservatório Areosa-Pêgo | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.015 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | Reservatório Portela I | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.016 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Sousa | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.017 | AdN | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Ponte da Baia | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.018 | AdN | Hidróxido de Sódio | 50% | ETA Amarante | AA | BILHA 20-25L | 460,00 |
| I | I.019 | ADAM | Hidróxido de Sódio | 30% | Armazéns COP Norte | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.020 | ADAM | Hidróxido de Sódio | 30% | Armazéns Ursulinas | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.021 | ADAM | Hidróxido de Sódio | 30% | Armazéns COP Nordeste | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.022 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | Cloragem Carregal - Ovar | AA | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| I | I.023 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Ferro | AA | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| I | I.024 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 25% | Cloragem Jovim | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.025 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 25% | ETA Lever | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.026 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Ferreira | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.027 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 25% | ETA Castelo Paiva | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.028 | AdDP | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Pousada - Gôve | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.029 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | Armazém AdRA Cacia | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |

| Lote | N.º artigo | Empresa | Produto | Pureza | Instalação de Entrega | Tipo de Instalação | Tipo de Embalagem | Preço-máximo unitário (€/t) |
|------|------------|---------|--------------------|--------|--|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| I | I.030 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | Reservatórios Gafanha da Nazaré | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.031 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | Reservatório Cidade | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.032 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | Reservatório Lagoa | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.033 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | Estaleiro Furo do Moisés | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.034 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Asseguins | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.035 | AdRA | Hidróxido de Sódio | 30% | Reservatório Espinheiro | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| I | I.036 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Cacia | AR | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| I | I.037 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Alagoa | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.038 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Penacova | AR | BILHA 20-25L | 370,00 |
| I | I.039 | AdCL | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Cancelas | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| 2 | 2.001 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Nazaré | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.002 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Rio Maior | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.003 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | EEAR3 Alcântara | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.004 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Alcântara | AR | GRANEL - CISTERNA | 310,00 |
| 2 | 2.005 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Guia - ETFL | AR | GRANEL - CISTERNA | 310,00 |
| 2 | 2.006 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Guia - ETFS | AR | GRANEL - CISTERNA | 310,00 |
| 2 | 2.007 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Alverca | AR | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.008 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Beirolas | AR | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.009 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Frielas | AR | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.010 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR São João da Talha | AR | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.011 | AdTA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Chelas | AR | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.012 | EPAL | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Asseiceira | AA | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.013 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Cabril | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.014 | AdVT | Hidróxido de sódio | 30% | ETA Sta. Águeda | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.015 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Castelo Branco | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.016 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Santa Cita | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.017 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Torrão | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.018 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 30% | ETA Apartadura | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| 2 | 2.019 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 25% | ETA Monte Novo | AA | BILHA 20-25L | 370,00 |
| 2 | 2.020 | AdVT | Hidróxido de Sódio | 25% | ETA Monte Novo | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.021 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | Torre Neutralização - ETA Alcantarilha | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |

| Lote | N.º artigo | Empresa | Produto | Pureza | Instalação de Entrega | Tipo de Instalação | Tipo de Embalagem | Preço-máximo unitário (€/t) |
|------|------------|---------|--------------------|--------|---|--------------------|-------------------|-----------------------------|
| 2 | 2.022 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | Torre Neutralização - ETA Fontainhas | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.023 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | Torre Neutralização - ETA Beliche | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.024 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | Torre Neutralização - ETA Tavira | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.025 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | Torre Neutralização - Posto Recloração Cabeço | AA | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |
| 2 | 2.026 | AdA | Hidróxido de Sódio | 25% | ETA Beliche | AA | GRANEL - CISTERNA | 335,00 |
| 2 | 2.027 | AdA | Hidróxido de Sódio | 30% | ETAR Faro/Olhão | AR | CONTENTOR 1m3 | 370,00 |

AR - Para utilização em tratamento de águas residuais; AA - Para utilização em tratamento de água de abastecimento.

ANEXO V

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE DO FABRICO E FORNECIMENTO DOS BENS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ASSOCIADOS

(fornecido em documento autónomo)

ANEXO VI

REVISÃO DE PREÇOS

1. Caso haja prorrogação do prazo de vigência do contrato, os preços-unitários poderão ser revistos, uma única vez, no início do 2.º semestre do contrato, para aplicação às aquisições a efetuar no referido semestre.
2. A iniciativa de proceder aos cálculos da revisão de preços compete a qualquer uma das partes.
3. A parte que tome a iniciativa de proceder à revisão de preços deve, no prazo de 15 (quinze) dias contados do prazo referido no n.º 1, apresentar os cálculos da revisão de preços para aprovação pela outra parte, a qual dispõe de igual prazo para resposta.
4. Caso as partes não acordem no valor da revisão de preços, a aprovação do valor definitivo da mesma compete à **AdP SGPS**, como representante das **Contraentes Públicas**.
5. A revisão de preços será acordo com as seguintes fórmulas:

Para Hidróxido de Sódio a 25 e 30%

$$C_t = 0,45 \frac{P_t}{P_0} + 0,10 \frac{S_t}{S_0} + 0,10 \frac{G_t}{G_0} + 0,05 \frac{Eq_t}{Eq_0} + 0,30$$

Para Hidróxido de Sódio a 50%

$$C_t = 0,65 \frac{P_t}{P_0} + 0,10 \frac{S_t}{S_0} + 0,10 \frac{G_t}{G_0} + 0,05 \frac{Eq_t}{Eq_0} + 0,10$$

em que:

C_t é o coeficiente de revisão de preços a aplicar a cada um dos preços-unitários;

P_t é o preço para Hidróxido de Sódio a 100% (dmt), para a Península Ibérica (*Caustic Soda Liquid Truck Iberia Contract FD*) para o mês anterior à data de início do 2.º semestre, disponível no sítio eletrónico www.ICIS.com, relativo ao período a que respeita a revisão.

P_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas, ou à de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

S_t é o índice global dos custos de mão-de-obra (motorista-código P11), relativo ao período ao mês em que se aplica a atualização, publicado pelo IMPIC;

S_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas, ou à de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

G_t é o preço do litro de gasóleo (código M22), relativo ao mês em que se efetua a atualização, publicado pelo IMPIC;

G_0 é o preço do litro do gasóleo, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas, ou à de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta;

Eq_t é o índice dos custos dos equipamentos de apoio, relativo ao mês em que se efetua a atualização, publicado pelo IMPIC;

Eq_0 é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data-limite fixada para a entrega das propostas ou de referência, quando tenha havido correção de preços da proposta.

6. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços do contrato serão refletidos na faturação, devendo o **Cocontratante**, após aprovação dos cálculos da revisão de preços:
- Emitir uma fatura de montante igual ao valor da revisão respeitante às faturas de entregas do 2.º semestre já emitidas, por **Contraente Pública**, se o fator de atualização referido no n.º 5 for superior a 1 (*um*);
 - Emitir uma nota de crédito num de montante igual ao valor da revisão respeitante às faturas de entregas do 2.º semestre já emitidas, por **Contraente Pública**, se o fator de atualização referido no n.º 5 for inferior a 1 (*um*).